



Projeto endurece legislação para menor infrator

Período máximo de internação aumenta de 3 para 8 anos no caso de crime hediondo. Plenário vota também reajuste da tabela do IR e outras propostas que têm urgência

Está pronta para votação proposta que muda o Estatuto da Criança e do Adolescente para agravar as medidas socioeducativas impostas a menores que cometerem crimes hediondos. Pelo texto, que se apresenta como alternativa à polêmica redução da maioridade penal, a internação em estabelecimento específico ou em alas especiais de presídios comuns

poderá se estender até os 26 anos de idade.

A pauta do Plenário, porém, precisa antes ser destrancada pela análise da medida provisória que corrige a tabela do Imposto de Renda. Os senadores podem votar também projetos referentes ao ajuste fiscal, a aumento salarial no Judiciário e à liberação da Petrobras como operadora única do pré-sal, entre outros. **3**



Luís Francisco Silva/Fundação de Atendimento Socioeducativo

Jovem cumpre medida socioeducativa em fundação especial de Porto Alegre

Moreira Manz/Agência Senado



Renan conversa no Plenário com Serra, autor do projeto que afeta a estatal

Senadores fazem debate sobre obrigações da Petrobras

O Plenário do Senado marcou para as 11h de hoje uma sessão temática destinada a debater o projeto de José Serra que libera a Petrobras das obrigações de ser a única exploradora do

pré-sal e de ter participação de pelo menos 30% em todos os blocos licitados. O PLS 131/2015, que é polêmico e divide os senadores, é analisado em caráter de urgência. **3**

Congresso vota hoje liberação de dinheiro para fundo de pensão Aerus **4**

Segundo pesquisa, metade das mortes aos 16 e 17 anos no Brasil é assassinato **5**

Brasileiro que emigra precisa conhecer leis do novo país, alerta governo **7**

especial Cidadania

Em Busca da Verdade: TV Senado lança documentário sobre ditadura

Rogério Alves



Senador João Capiberibe concede entrevista para o vídeo da TV Senado

Durante dois anos e sete meses, a Comissão Nacional da Verdade colheu mais de mil depoimentos sobre as violações de direitos cometidas pela ditadura militar. O resultado desse trabalho está no documentário *Em Busca da Verdade*, da TV Senado, que estreou no fim de semana. **8**

Jovem Senador



O projeto **Jovem Senador** traz 27 estudantes de todo o Brasil para vivenciar a atividade legislativa, debatendo e propondo projetos de lei. É o Senado unindo experiência e juventude para fortalecer a cidadania.

Secom | Publicidade e Marketing

senadogovbr/jovemsenador



Dilma veta menos encargos em terrenos de marinha

Ocupantes de áreas ao longo da costa marítima que sofrem influência das marés pagariam imposto menor se o texto original fosse mantido. Pontos vetados constavam do texto do próprio Executivo

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei 13.139/2015, que altera regras relativas à ocupação de terrenos de marinha — áreas ao longo da costa marítima e margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés. Houve, no entanto, diversos vetos, principalmente de alterações que reduziriam valores a serem pagos pelos ocupantes dessas áreas.

Ao longo dos anos, os terrenos de marinha foram ocupados por imóveis, o que leva a União a cobrar taxas pelo uso. Muitos titulares, no entanto, questionam os cálculos, os critérios e as marcações feitas. O projeto que resultou na lei (PLC 12/2015) foi apresentado em 2013 pelo próprio Executivo, que admitiu que as normas até então funcionavam no sentido contrário ao esperado, desincentivando a regularização.

Com a lei, para demarcar uma nova área, o Executivo deverá realizar audiências públicas e informar a população atingida. A União pode firmar dois tipos de contrato com o ocupante: no aforamento, o morador do imóvel paga o foro e passa a ter um domínio útil sobre o terreno; na ocupação, a União é proprietária da área toda e pode reivindicar o direito de uso do terreno.

Dilma vetou a unificação da taxa de ocupação de terrenos da União em 2% do valor do domínio pleno. Atualmente, o índice de 2% vale apenas para ocupações já inscritas ou



Praia da Costa, em Vila Velha (ES): União cobra taxa por imóveis no litoral

com inscrição requerida até 30 de setembro de 1988. Nas demais situações, a taxa é de 5%. Também foi vetada a exclusão das benfeitorias da base de cálculo do recolhimento do laudêmio (pagamento devido por alienação de propriedade) e da multa pela não transferência dos registros cadastrais no prazo legal.

Outro ponto rejeitado pela presidente da República foi o repasse obrigatório de 20% dos recursos provenientes de taxa de ocupação, foro e laudêmio aos municípios onde estão localizados os imóveis. Segundo Dilma, esses e outros dispositivos, alguns dos quais constavam da proposta do próprio Executivo, “resultariam em significativa perda de receitas decorrentes da exploração de direitos patrimoniais da União, inclusive sem a indicação das devidas medidas compensatórias”. Ela cita a mudança de cenário econômico de maio de 2013, quando foi apresentado o projeto, para hoje.

Lei da Mediação, que desafoga Justiça, entra em vigor em seis meses

Entra em vigor em 180 dias a Lei 13.140/2015, que trata do uso da mediação para solução de conflitos, inclusive em questões que envolvam a administração pública. O objetivo é reduzir o volume de processos no Poder Judiciário por meio de acordos.

Segundo a lei, a mediação poderá ser extrajudicial ou judicial em centros mantidos pelos próprios tribunais. As partes podem recorrer ao método mesmo já havendo processo em andamento na Justiça ou em âmbito arbitral. Nesse caso, a tramitação é suspensa, por prazo suficiente para a resolução consensual do conflito.

O mediador pode se reunir com as partes em conjunto ou separadamente, ouvir ter-

ceiros e solicitar informações que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos e para o entendimento. A mediação termina quando é celebrado o acordo ou quando não se justificam novos esforços para obter o consenso, seja por declaração do mediador ou por manifestação das partes.

A lei permite também o uso da mediação para solucionar conflitos entre órgãos da administração pública ou entre a administração pública e particulares. A União, os estados e os municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos para promover a busca de acordos, mas, enquanto isso não ocorrer, aplicam-se as mesmas regras da mediação judicial.

Ferraço: atitude da presidente é “surreal”

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) qualificou de absurdo os vetos da presidente Dilma a mudanças nas regras aplicáveis à ocupação de terrenos de marinha. Ele classificou o veto de “surreal”, lembrando que foi o próprio governo que enviou o projeto ao Congresso Nacional.

— A presidente da República encaminha ao Congresso uma mensagem e ela mesma se encarrega de vetar esta mensagem. Eu quero crer que, em breve, o Congresso brasileiro estará apreciando esta contradição, esta incoerência, fruto da improvisação — disse o senador.

Leiloeiros já podem fazer pregões on-line

A presidente Dilma Rousseff sancionou na sexta-feira a Lei 13.138, que inclui os leilões on-line no Decreto 21.981/1932, que regulamenta a atividade de leiloeiro. A mudança foi proposta em 2008 por Valdir Raupp (PMDB-RO) diante da proliferação de sites que não estariam abrangidos pelas exigências legais.

O PLS 74/2008 foi aprovado em 2009 no Senado com alteração que restringiu a exigência aos pregões públicos realizados na internet. Na Câmara, a proposta tramitou por quase seis anos, até a aprovação em caráter conclusivo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em maio.

Hélio José pede aprovação de novo plano de cargos e salários do Judiciário

Hélio José (PSD-DF) manifestou sua expectativa na aprovação do projeto de lei que reestrutura o plano de cargos e salários do Poder Judiciário. A proposta, disse o senador, garante reposição de perdas salariais sofridas pelos servidores da Justiça, que ficaram sem revisão salarial entre 2009 e



2012, diferentemente de outras categorias. Por isso, propôs que a reposição salarial, orçada em R\$ 10 bilhões, seja feita em seis parcelas semestrais.

— É fundamental que aprovemos esse reajuste, demonstrando nosso apoio e valorização do trabalho essencial do Judiciário.

Ana Amélia elogia adiamento de redução de cota para free shops

Ana Amélia (PP-RS) elogiou o governo por adiar para o dia 1º de julho de 2016 a entrada em vigor de portaria que reduz de US\$ 300 para US\$ 150 a cota que os brasileiros poderão trazer de free shops localizados em cidades-gêmeas na fronteira.

Ana Amélia observou que, só no Rio Grande do Sul, seis



cidades estão na fronteira e têm do outro lado, no Uruguai, cidades com free shops.

— O dinheiro vai para o Uruguai, mas do nosso lado também há os restaurantes, os serviços. A Federação do Comércio do Rio Grande do Sul insistiu em prorrogar até que haja a regulamentação dos free shops.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Biotecnologia no Brasil

9h Audiência pública interativa para debater a situação da biotecnologia no Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

CDH Operador de telemarketing

9h Audiência pública interativa sobre a precarização do trabalho do operador de telemarketing no Brasil.

CE Preço fixo do livro

9h Seminário internacional sobre a política do preço fixo do livro, no auditório do Interlegis. O ministro da Cultura, Juca Ferreira, foi convidado.

CMA Isenção de IPI para carros

9h30 Entre os 26 itens da pauta, está o PLS 174/2014, que concede isenção do IPI à fabricação de automóveis elétricos ou híbridos a etanol.

CAE Liberdade de crença

10h O PLC 160/2009, que trata das garantias e dos direitos fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos, é um dos projetos em pauta.

DEBATE TEMÁTICO Plenário do Senado

11h Sessão para discutir a participação da Petrobras na exploração do pré-sal.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h Renan Calheiros preside sessão de debate temático; às 16h, a ordem do dia; às 19h, sessão do Congresso Nacional.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Reunião

13h30 Comissão mista de combate à violência contra a mulher avalia plano de trabalho e requerimentos.

CPI DO CARF Depoimentos

14h A CPI do Carf colhe depoimentos de convocados: Adriana Oliveira Ribeiro, Jorge Victor Rodrigues e Gegliane Maria Bessa.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Pauta trancada pelo PLV 7/2015, que altera valores da tabela do Imposto de Renda.

CPI DO HSBC Quebras de sigilo

14h30 A CPI do HSBC se reúne para discutir 51 requerimentos de transferência de sigilo.

REFORMA POLÍTICA Planejamento

14h30 A comissão temporária de reforma política se reúne para analisar plano de trabalho.

MP 675/2015 Alíquota da CSLL

14h30 Comissão responsável pela medida provisória que eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de empresas de seguros privados e de capitalização analisa requerimento.

CONGRESSO Análise de vetos

19h No Plenário da Câmara, sessão para análise dos Vetos 5 a 13/2015 e do Projeto de Lei do Congresso 2/2015.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



A internação poderá se estender até os 26 anos de idade em unidades especiais como o antigo Caje, em Brasília

Senado vota projeto que muda legislação de menor

Endurecimento de medidas socioeducativas é alternativa à redução da maioridade penal. Pauta do Plenário inclui ainda ajuste fiscal, aumento para o Judiciário e aposentadoria compulsória de servidores

ESTÁ PRONTO PARA votação em Plenário, com regime de urgência, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 333/2015, de José Serra (PSDB-SP), que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e cria um regime especial de atendimento socioeducativo para menores que praticem crimes hediondos. O projeto será votado na forma de substitutivo apresentado pelo relator, José Pimentel (PT-CE).

A proposta estende de 3 para 8 anos o período máximo de internação, o que significa que menores infratores poderão permanecer sob o regime es-

pecial até os 26 anos. Durante esse tempo, fica garantido o acesso a atividades de escolarização e profissionalização. Também é permitido o trabalho externo, mediante autorização judicial.

— O agravamento da pena é uma evolução, uma vez que não há indicadores de que a redução da idade penal contribua para a diminuição da violência. É uma decisão complexa, muito cobrada pela sociedade, mas não pode ser tomada de afogadilho — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Segundo o texto, a internação deverá ser cumprida em esta-

belecimento específico para menores infratores ou então em ala especial de presídio comum, separada. O texto também modifica o Regime Diferenciado de Contratações Públicas para incluir essas instalações, a fim de facilitar a construção de mais centros com capacidade de aplicar a pena socioeducativa. A pena prevista para quem facilitar fuga de jovem interno é de um a quatro anos de prisão, que pode subir para de dois a seis caso haja uso de violência na fuga.

O projeto agrava pena para quem cometer crime com participação de menor ou induzir menor à prática criminal. A conduta passa a ser passível de até oito anos de prisão, com sentença dobrada em caso de crime hediondo. E vira agravante no Código Penal.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), lembra que a posição do partido é contrária à redução da maioridade e recomenda cautela até na análise do projeto de Serra.

— Há uma discussão aqui sobre permitir um tempo mais longo de internação. Vamos ver se essa é uma saída adequada e se vai produzir os resultados esperados.

O líder do PDT, Acir Gurgacz (RO), é mais favorável ao texto.

— Esse projeto pode ser uma alternativa para evitar que a gente coloque crianças na cadeia, e sim num lugar em que possam receber ensinamentos para que não cometam novamente delitos dessa natureza.

Alvaro Dias (PSDB-PR), líder do Bloco da Oposição, defende a redução da maioridade penal.

— A criminalidade cresce e cresce também o percentual de jovens utilizados pelos marginais de alta periculosidade, que se protegem atrás da impunidade deles. A redução da maioridade penal eliminaria essa estratégia — afirmou.

Sessão debate participação da Petrobras no pré-sal

A participação da Petrobras na exploração do pré-sal será discutida em sessão temática hoje, às 11h, no Plenário. O debate se dará a partir do PLS 131/2015, do senador José Serra (PSDB-SP). O projeto libera a estatal da função de operadora única do pré-sal e a desobriga da participação mínima de 30% dos blocos licitados. O Senado aprovou na semana passada um pedido de urgência para a análise do texto.

O assunto é polêmico e divide os senadores. Os defensores da proposta acreditam que estão aliviando a Petrobras ao retirar a obrigação de participar com 30%, uma vez que a empresa não teria recursos em caixa. A medida também ajudaria, avaliam, a acelerar a exploração do pré-sal, pois

não seria preciso aguardar os investimentos da estatal. Já os críticos do projeto argumentam que a proposta é desnecessária e enfraquece a empresa.

Para o debate, foram convidados o ex-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP) Haroldo Lima; o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Jorge Marques Camargo; o secretário de Petróleo do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Almeida; e o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires.

Também estarão presentes o professor da Universidade de São Paulo (USP) Ildo Luis Sauer e o gerente-geral de Exploração e Produção — Pré-sal da Petrobras, Daniel Cleverton Pedrosa, entre outros.



Projeto de Serra libera a Petrobras de ser a operadora única do pré-sal

Lindbergh critica pressa para nova exploração de petróleo

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o projeto de José Serra (PSDB-SP) que tira da Petrobras o status de operadora única do pré-sal não pode ser votado rapidamente (PLS 131/2015).

Hoje o Plenário discute, com especialistas, o projeto, que está na pauta de votações do Plenário em regime de urgência. Lindbergh defende a tramitação normal do texto, com análise nas comissões



Moreira Matiz/Agência Senado

antes. Para ele, há interesses de petroleiras norte-americanas na votação do projeto.

O senador afirmou que não procedem os argumentos de que a Petrobras não tem di-

nheiro para explorar o pré-sal. Segundo ele, dados mostram que a riqueza do pré-sal é estimada em 300 bilhões de barris de petróleo.

— Estamos falando em US\$ 30 trilhões, isso significa dez vezes o PIB do Brasil — disse.

Medeiros quer aprovação de PEC que dá adicional a juízes

José Medeiros (PPS-MT) pediu à Presidência do Senado e aos líderes dos partidos que cheguem a um acordo para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

63/2013, que garante o pagamento de adicional por tempo de serviço a juízes e membros do Ministério Público.

Ele explicou que a proposta, que aguarda votação em Plenário, é necessária porque hoje a experiência e o



Moreira Matiz/Agência Senado

tempo de serviço dos magistrados não são valorizados, pois eles recebem por meio de subsídios. Isso faz com que um magistrado que chegue à última classe da carreira re-

ceba subsídio igual ao de um iniciante, reclamou.

Segundo Medeiros, isso explica o fato de que mais de 600 magistrados tenham deixado o cargo nos últimos anos e 4 mil cargos de juízes estejam vagos por falta de estímulo.

Semana tem ainda Imposto de Renda e reforma política

Tabela do Imposto de Renda, aumento no Judiciário e idade para aposentadoria de servidores também estão na ordem do dia, podendo ser votados hoje em Plenário. Antes, porém, será preciso destrancar a pauta com a votação do PLV 7/2015, oriundo da Medida Provisória 670/2015, que corrige a tabela do Imposto de Renda. O texto prevê reajuste escalonado, variando de 4,5% a 6,5%.

Depois a pauta fica liberada para os demais itens. Um deles é o PLC 28/2015, que estabelece reajustes de 53% a 78,56% para os servidores do Judiciário. O pagamento deverá ocorrer em seis parcelas sucessivas, entre julho de 2015 e dezembro de 2017.

Também em regime de urgência, o PLS 274/2015 estabelece aposentadoria compulsória para servidores públicos aos 75 anos. Pela regra atual, essa aposentadoria se dá aos 70 anos.

O Senado também poderá votar a última medida do

ajuste fiscal — o projeto que reduz desonerações na folha de pagamento. Aprovado pelos deputados na quinta-feira, o PL 863/2015, do Executivo, aumenta as alíquotas sobre a receita bruta de 56 setores da economia, com desoneração da folha de pagamento.

Outro projeto com regime de urgência no Plenário é o PLS 131/2015, que libera a Petrobras da função de operadora única no pré-sal e desobriga a estatal da participação mínima de 30% dos blocos licitados. A proposta tramita em conjunto com o PLS 400/2014, que garante para a União o mínimo de 18% do petróleo excedente no regime de partilha. Atualmente esse limite pode ser definido por edital.

Ainda hoje, a comissão de 29 senadores encarregada de preparar a reforma política se reúne às 14h30 para examinar o plano de trabalho a ser apresentado pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR). Outras reuniões devem ocorrer amanhã e na quinta-feira.

Congresso analisa hoje 9 vetos e crédito extra para fundo do Aerus

Entre os projetos com trechos recusados pelo Executivo, estão a Lei Orçamentária Anual de 2015 e novo Código de Processo Civil

O CONGRESSO SE reúne hoje para analisar nove vetos presidenciais. Também será votada uma liberação orçamentária para os beneficiários do Instituto Aerus de Seguridade Social, fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig (e filiais) e Transbrasil.

Os vetos recaem sobre temas como a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, o novo Código de Processo Civil (CPC), regras para fusão de partidos, o Marco Legal da Biodiversidade, a Lei Geral das Antenas e a Lei de Arbitragem (veja o detalhamento de cada um no quadro ao lado).

O veto que incide sobre o fim do fator previdenciário não está pautado para a sessão. O prazo para analisá-lo, de 30 dias, ainda não se esgotou e os vetos mais antigos têm preferência na deliberação dos parlamentares.

O Congresso vai examinar o PLN 2/2015, que destina R\$ 368,26 milhões do Orçamento federal para o Ministério da

Previdência. O dinheiro vai garantir o pagamento de benefícios aos cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do fundo Aerus.

A dívida é decorrente de execução provisória requerida pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e pela Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil em 2004. No ano passado, o governo já havia aberto crédito especial no valor de R\$ 248,26 milhões para as despesas relativas ao período de setembro de 2014 a dezembro de 2015.

O Instituto Aerus, no entanto, ganhou um recurso na Justiça para estender os efeitos da execução para os outros planos previdenciários administrados por ele, o que acabou reduzindo o prazo de duração dos recursos concedidos em 2014, que passaram a ser suficientes apenas até março de 2015.

O crédito aprovado agora servirá para cobrir o período de abril a dezembro de 2015.

Na pauta da sessão

▶ VETO PARCIAL 5/2015 ao PLS 166/2010 (Novo Código de Processo Civil)

Foram vetados dispositivos que previam a conversão de ações individuais em coletivas, a exigência de carta rogatória para atos de cooperação com outros países e a possibilidade de sustentação oral no julgamento de agravo interno nos tribunais, entre outros.

▶ VETO PARCIAL 6/2015 ao PLC 4/2015, que impede a fusão de partidos políticos recém-criados

Foi vetada a possibilidade de partidos criados por fusão receberem, durante 30 dias, filiados a outras legendas, sem perda de mandato eletivo.

▶ VETO TOTAL 7/2015 ao PLC 114/2013, que alterava a Política Nacional de Resíduos Sólidos para incluir dispositivo sobre campanhas educativas

Proposição vetada integralmente.

▶ VETO PARCIAL 8/2015 ao PLN 13/2014 (Orçamento de 2015)

Vetados dispositivos que tratavam dos coeficientes de rateio do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) entre os estados e do provimento de cargos no Banco Central e na Receita Federal.

▶ VETO PARCIAL 9/2015 ao PLS 293/2012 (Lei Geral das Antenas)

Vetadas a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para conceder autorização à prestadora de serviço que não conseguir emissão de licença para instalar torres em área urbana no prazo de 60 dias; a previsão de "limites de acionamento", responsáveis por indicar a necessidade de expansão da rede para prestação dos serviços, a serem estabelecidos em regulamentação específica; a atribuição ao poder público da responsabilidade de investir para agilizar o processo de ampliação de cobertura e capacidade de redes.

▶ VETO PARCIAL 10/2015 ao PLV 1/2015 (MP 660/2014), que trata da remuneração dos servidores do ex-território de Rondônia

Foram vetados dispositivos acrescentados pelo Congresso, como o que garantia ao grupo de fiscalização tributária a mesma remuneração dos auditores da Receita Federal, o que concedia aos policiais e bombeiros militares dos ex-territórios a mesma remuneração dos policiais militares e bombeiros do Distrito Federal e o que criava uma nova tabela de vencimentos e gratificações para os servidores da Zona Franca de Manaus.

▶ VETO PARCIAL 11/2015 ao PLC 2/2015 (Marco Legal da Biodiversidade)

Foi vetada a isenção do pagamento de royalties para produtos com componentes da biodiversidade que tiveram a pesquisa iniciada até 29 de junho de 2000 — assim, a isenção vale apenas para produtos com exploração econômica iniciada até essa data. Também foi vetado, entre outros dispositivos, artigo que listava os órgãos competentes para fiscalizar o cumprimento da lei.

▶ VETO PARCIAL 12/2015 ao PLV 2/2015 (MP 661/2014), que liberou R\$ 30 bilhões ao BNDES

O principal ponto vetado foi o fim do sigilo nas operações de apoio financeiro do BNDES, ou das subsidiárias, destinado a qualquer interessado, incluindo nações estrangeiras. Entre os outros dispositivos vetados, está o aumento, de 30% para 40%, da margem do empréstimo consignado dos trabalhadores.

▶ VETO PARCIAL 13/2015 ao PLS 406/2013, que altera a Lei de Arbitragem

Foram vetados dispositivos que tratavam expressamente do uso da arbitragem nos contratos de adesão e nos contratos individuais de trabalho.

Suspeitos de fraude no Carf serão ouvidos

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias de fraude no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ouvirá hoje três suspeitos de participação no esquema. Dois deles são ex-conselheiros do órgão.

Adriana Oliveira e Ribeiro é sócia do escritório de advocacia J.R. Silva Advogados Associados e tem sido apontada como uma das principais peças do esquema de corrupção. Jorge Victor Rodrigues teria atuado como intermediário no pagamento de propina de empresas a conselheiros do Carf. Além deles, também prestará depoimento Gegliane Maria Bessa Pinto, funcionária da J.R. Silva.

O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda onde os contribuintes podem contestar multas aplicadas pela Receita Federal. A Operação Zelotes, que reúne órgãos federais de investigação e a Polícia Federal, constatou que empresas vinham subornando integrantes do órgão para serem absolvidas de pagar impostos devidos ou reduzir significativamente o valor a ser pago.

Comissão debate trabalho de telemarketing

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), promove hoje, às 9h, audiência pública para discutir a precarização do trabalho de operador de telemarketing no Brasil.

O debate é uma iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), atendendo sugestão do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telemarketing de Campinas e Região (Sintratel). Hoje, o país conta com mais de 1,5 milhão de trabalhadores na área.

Foram convidados representantes de sindicatos do Ceará, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de São Paulo, do ABC Paulista e de Campinas.

Também estarão presentes o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci de Oliveira; a procuradora do Trabalho Renata Coelho; a socióloga e especialista em telemarketing Selma Venco; e a professora da Universidade Federal de São Carlos Mirlene Severo.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Protesto, em 2014, de aposentados do Aerus: na pauta, crédito extra para o fundo

CPI do HSBC avalia 51 pedidos de quebra de sigilo

A Comissão Parlamentar de Inquérito do HSBC tem reunião hoje, às 14h30, para votar 51 requerimentos de quebras de sigilos fiscal e bancário. A maioria dos pedidos é do vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O primeiro requerimento solicita a transferência dos sigilos do ex-prefeito de Niterói (RJ) José Roberto Saad Silveira para saber se entre 1993 e 2015, ele declarou à Receita Federal ter contas bancárias no exterior. Em caso positivo, a comissão quer ter ciência dos valores declarados. Silveira foi prefeito da cidade fluminense por quatro mandatos.

Há também o pedido para as quebras de sigilo do diretor-presidente do Grupo Galvão Engenharia, Dario de Queiroz Galvão Filho. No requerimento, Randolfe lembrou que reportagem publicada pelo

jornalista Fernando Rodrigues em fevereiro aponta que Galvão, envolvido com o caso de corrupção na Petrobras, teria mais de US\$ 4 milhões depositados em conta secreta no HSBC da Suíça.

A CPI do HSBC também quer saber da Receita Federal se, entre 1998 e 2007, o ex-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e

do Conselho de Administração da Vale Benjamin Steinbruch declarou ter contas bancárias no exterior. Outro requerimento que pode ser votado hoje é o que pede ao banco os nomes de brasileiros que tinham contas na filial suíça entre 2006 e 2007.

Na última reunião da CPI do HSBC, Randolfe Rodrigues disse estar preocupado com os

rumos do trabalho. O senador reclamou que a comissão parlamentar de inquérito ainda não ouviu as pessoas diretamente envolvidas na lista veiculada pelo jornalista Fernando Rodrigues e também pelo jornal *O Globo*.

— Se não tomarmos providência, não fizermos convocações, não quebrarmos sigilos e não aprofundarmos investigações, não há razão de esta CPI existir. Então, acabemos, encerremos a CPI hoje e deixemos o trabalho por conta da Polícia Federal, da Receita Federal, de quem quer que seja, e não façamos mais nada. É mais cômodo. Não façamos mais nada. Eu estou convencido de que a CPI tem que avançar. Temos que ouvir depoimentos, temos que ter convocações e temos que quebrar sigilos — propôs Randolfe.



Randolfe Rodrigues e Paulo Rocha, vice-presidente e presidente da CPI do HSBC

Wellenir Barreto/Agência Senado

De acordo com pesquisa inédita apresentada em audiência pública no Senado, dos adolescentes de 16 e 17 anos que morrem hoje no Brasil, metade é vítima de assassinato

Para especialista, jovens são vítimas de genocídio

O ASSASSINATO É a principal causa de mortes de jovens de 16 e 17 anos no Brasil. A maioria desses jovens são homens, negros, de baixa escolaridade, pobres e moradores da periferia. Entre 1980 e 2013, os homicídios desses adolescentes aumentaram 640%. A maior parte dessas mortes é por arma de fogo.

Os dados foram apresentados ontem na audiência pública promovida pela CPI do Assassinato de Jovens.

O autor da pesquisa *Mapa da Violência 2015 — adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil*, Julio Jacobo Waiselfisz, informou que 9,7% dos jovens nessa faixa etária morriam assassinados em 1980. Em 2013, o índice chegou a 46%. Nesse ano, das 8.153 mortes de pessoas com 16 e 17 anos, 3.749 foram homicídios.

— Impressiona que metade de nossos jovens morra por homicídio. Estamos colocando a culpa nos “pacientes”, não

na “doença”. Nós criamos uma sociedade violenta e corrupta e queremos que os jovens paguem a conta de algo que nós legamos para eles — afirmou Jacobo, referindo-se à ideia de reduzir para 16 anos a maioridade penal.

Ele apresentou dados mostrando que, para cada jovem que morre assassinado na Áustria, morrem 250 no Brasil.

Em 2013, segundo o *Mapa da Violência*, foram assassinados 703 adolescentes brancos de 16 e 17 anos no Brasil e 2.737 adolescentes negros na mesma faixa etária. Os estados com mais homicídios foram Alagoas, Espírito Santo e Ceará.

O professor Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública, classificou a situação de genocídio:

— Nós estamos falando do genocídio da juventude negra e pobre. Parece que nos acomodamos como nação.

Ele afirmou que o jovem



Julio Jacobo apresentou novos dados do *Mapa da Violência* na CPI presidida por Lídice, ao lado de Luiz Eduardo Soares

entre 13 e 17 anos, geralmente negro e pobre, é um ser invisível nos centros urbanos e desdenhado e negligenciado pela sociedade. E esse é um dos motivos de sua entrada na criminalidade:

— A arma é um passaporte para sua existência, de auto-

afirmação de sua presença no mundo. A maioria morre antes dos 25 anos.

Para Soares, que também é contrário à redução da maioridade penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nunca foi aplicado com rigor. Ele afirmou que medidas

socioeducativas são muito mais eficazes do que o simples encarceramento.

A reunião foi conduzida pela presidente da CPI, Lídice da Mata (PSB-BA), e também contou com a participação do relator da comissão, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Debate vê burocracia como entrave à inovação

Mudanças na lei, a redução da burocracia e a criação de um regime próprio de compras para a pesquisa estão entre as sugestões apresentadas ontem na audiência pública sobre a integração entre universidades e empresas em favor da inovação tecnológica. O evento foi organizado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a pedido de Cristovam Buarque (PDT-DF).

O Brasil hoje abriga 94 parques tecnológicos, segundo o diretor de Fomento à Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Igor Manhães. Na opinião dele, os núcleos de inovação tecnológica das universidades são fundamentais para o sucesso da integração, porém, disse, elas precisam de mais autonomia na negociação de projetos com as empresas, o que demora muito devido à burocracia:

— É fundamental que os núcleos tenham orçamento próprio para gerir atividades. Precisam de pessoal qualificado e com experiência de mercado e que conheça a realidade da universidade. Os alunos saem da universidade com ideias boas, mas sem conhecimento da realidade de mercado. Precisamos pensar em novas formas de integração entre o empreendedor, a universidade e as novas tecnologias.

O diretor-executivo da Inova Unicamp, Milton Mori, destacou o papel pioneiro da universidade na integração com empresas. A Unicamp,

afirmou, mantém hoje afiliadas 254 “empresas-filhas”, fundadas por ex-alunos e professores da instituição para a criação de patentes, sobretudo em aplicativos de tecnologia da informação (TI) e engenharia. A universidade tem 945 patentes.

Entre os entraves à inovação, Mori citou a existência de normas regulatórias e a falta de liberdade para a comercialização de patentes pela Unicamp. Ele mencionou a Lei de Licitações (8.666/1993), que ele classificou de “lei anti-ciência”, além dos registros demorados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, a elevada carga tributária e a lentidão para a abertura de empresa.

— O Inpi tem que ter autonomia, uma reestruturação forte para avançar na inovação. No Canadá, a abertura de empresas leva cinco dias. Na Nova Zelândia, meio dia. Nós levamos no Brasil 105 dias.

O decano de Administração da Universidade de Brasília, Luís Afonso Bermúdez, disse que o regime jurídico único não serve para parques científicos

tecnológicos e incubadoras de empresas. Para ele, as compras e contratações precisam de regulamento próprio, a exemplo do Sistema S, que reúne Senai, Sesc, Sesi e outras entidades.

Para o gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Sebrae, Célio Cabral de Sousa Júnior, o Brasil já atingiu certo patamar de conhecimento científico e tecnológico, o qual precisa ser transformado em realidade, sobretudo para os pequenos negócios.

Cabral disse que a herança cultural ibérica dificulta a relação universidade-empresa, que manifesta uma grande aversão ao risco, tanto do ponto de vista empresarial como do acadêmico, o que acaba causando conflito de interesses entre as partes.

Ele afirmou que é necessário pensar numa estratégia de longo prazo para ciência, tecnologia e inovação, para que os institutos de pesquisa mantenham uma diretriz mais ampla e não fiquem reféns de políticas adotadas a cada governo.



Cristovam (C) conduz audiência sobre integração entre universidade e empresa

Para Gleisi, Comissão da Reforma Política atenderá desejo do país

Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiou a criação, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, da Comissão Temporária de Reforma Política. Para ela, a comissão vai ajudar os parlamentares a melhorar a representatividade política e dar respostas aos anseios da sociedade.

Gleisi lamentou que a Câmara tenha mantido o financiamento privado de campanhas e disse que o Senado vai acabar fazendo o mesmo. Na opinião da se-



Waldemir Barreto/Agência Senado

nadora, seria melhor extinguir as doações de empresas para campanhas políticas, o que diminuiria a influência do poder econômico.

Ela citou outros pontos que deseja ver debatidos na Comissão de Reforma Política: o fortalecimento dos partidos, o custo das campanhas, a cláusula de barreira e a fidelidade partidária:

— O aprofundamento do debate poderá nos levar a uma saída que efetivamente dê respostas à população.

Vanessa acusa oposição de ser “privatista” e querer retrocesso

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou um pacto contra as forças políticas que, na opinião dela, defendem “golpismo e retrocesso” e tentam desestabilizar o governo de Dilma Rousseff. A senadora classificou uma parcela da oposição de “conservadora, neoliberal e privatista” e disse que esses grupos se esforçam em publicar denúncias para atingir Dilma e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vanessa apoiou o combate à corrupção, com o desmonte da estrutura que alimenta os desvios de verbas, mas afirmou que não se pode permitir



Inocência Menezes/Agência Senado

que essa luta seja voltada para combater algumas pessoas e derrubar o projeto de poder dos governos do PT. A senadora atribuiu a recessão no Brasil à crise internacional e associou o movimento contra a presidente Dilma à tentativa de privatização da Petrobras, que chamou de “maior patrimônio brasileiro”.

— O projeto que eles levantam é exatamente esse que nós estamos assistindo em relação à Petrobras: aproveitar esse momento de fragilidade da empresa para mudar o marco do petróleo, da exploração do petróleo e gás do Brasil.

Comissão de especialistas que atualizará legislação em vigor há quase 30 anos vai adequar as leis brasileiras aos padrões internacionais. Presidente do grupo diz que passageiros terão mais conforto

Novo código deve melhorar segurança na aviação civil

O NOVO CÓDIGO Brasileiro de Aeronáutica deve garantir mais segurança e conforto aos passageiros, segundo avaliação do advogado Georges Ferreira, presidente da comissão de especialistas criada para discutir a modernização da legislação em vigor. A comissão se reuniu ontem para discutir metodologia e plano de trabalho do grupo.

Nos aeroportos brasileiros, por ano, embarcam e desembarcam mais de 100 milhões de passageiros. O mercado da aviação civil do país é um dos mais promissores do mundo e, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e as empresas do setor, o número de voos e de passageiros deve dobrar nos próximos cinco anos. O atual Código Brasi-

leiro de Aeronáutica, porém, é de 1986, dois anos antes da promulgação da Constituição.

Georges Ferreira explicou que o novo código deve conciliar as leis brasileiras com os padrões internacionais de aviação civil, além de garantir mais segurança e conforto:

— Todos aqui têm em mente, por exemplo, que existe uma questão jurídica que envolve o Código de Defesa do Consumidor, que fala da responsabilidade do transportador aéreo. Precisamos planificar e deixar mais claras as regras para os usuários, os transportadores aéreos e atender mais de 100 milhões de passageiros.

O jurista disse também que a nova legislação deve evitar o excesso de termos técnicos, a fim de facilitar o entendimento

e o julgamento nos tribunais.

O plano de trabalho aprovado pelos 17 integrantes da comissão prevê a atuação em quatro grandes áreas, entre elas, a organização da aviação civil e o transporte aéreo.

Atualização

A comissão de especialistas tem até o final do ano para apresentar um anteprojeto de reforma no Código de Aeronáutica. A relatora-geral é a professora de Direito Internacional e doutora em Direito Espacial Maria Helena Fonseca. Após a aprovação na comissão, o texto será analisado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

A próxima reunião da comissão será na segunda-feira, às 10h.

Jefferson Ruy/Agência Senado



Comissão de especialistas aprovou ontem plano de trabalho e tem até o fim do ano para apresentar um anteprojeto de código

Centro de Biotecnologia da Amazônia em debate

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) faz audiência pública hoje para debater a situação da biotecnologia no Brasil e, em especial, do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

Os senadores devem cobrar de representantes do governo a viabilização das atividades do CBA, instalado em Manaus. Fundado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, o instituto passa por dificuldades, entre as quais a queda do número de cientistas

do quadro.

A falta de manutenção dos equipamentos e a indefinição de modelo de gestão também preocupam os senadores. Omar Aziz (PSD-AM), um dos que requereram a audiência, vem alertando para os problemas do CBA desde o início do ano.

Além de representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foram convidados Dácio Montenegro, do Movimento Pró-CBA; Ana Cristina Barros, secretária de Biodiversidade e Florestas do

Ministério do Meio Ambiente; Spartaco Astolfi Filho, professor da Universidade Federal do Amazonas; Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar, da área de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus; e Fernando Lourenço Nunes Neto, da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Seminário discute preço fixo para livro recém-lançado

A Comissão de Educação e Cultura (CE) faz hoje seminário internacional para discutir a política do preço fixo do livro. A sugestão é de Fátima Bezerra (PT-RN), autora do projeto que determina que os livros vendidos no Brasil tenham preço fixo no primeiro ano após o lançamento ou a importação, permitindo, no período, desconto de no máximo 10% (PLS 49/2015).

Pela proposta, após 12 meses, as promoções dos livros ficam liberadas. A intenção da senadora é resgatar o livro como ferramenta de acesso ao conhecimento. “Queremos valorizar o livro como bem que é, tornando-o mais barato e contribuindo para aumentar a oferta, aos leitores, de uma maior diversidade de títulos”, destaca ela no projeto.

A Lei do Direito Autoral determina que o editor fixe o preço do livro com base em custos como pagamento do direito autoral e das etapas da produção. No entanto, explica Fátima, as grandes redes negociam com as editoras

descontos significativos, ao comprar em grande quantidade, com a promessa de, em troca, promover os produtos. Para não perder dinheiro, as editoras acabam embutindo os descontos no preço de capa, elevando o preço cheio, cobrado de quem não tem poder de barganha, como as livrarias independentes, o que prejudica também o consumidor.

Ao delimitar as promoções, como propõe o texto, o editor deixa de ter de elevar os preços para poder garantir lucro nas promoções. Com isso, o custo menor é repassado aos varejistas e, por fim, ao leitor, como acredita a senadora, com base na experiência de países que adotaram o preço fixo.

Foram convidados para o debate o ministro da Cultura, Juca Ferreira, e representantes dos mercados nacional e internacional.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão quer conhecer ações locais de proteção a mulheres

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher se reúne hoje, às 13h30, para analisar o plano de trabalho proposto pela relatora, deputada Luizianne Lins (PT-CE), e votar requerimentos. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou um requerimento para que a comissão visite as regiões do país para conhecer as políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

“Em todas as regiões, apenas nos primeiros seis meses de 2014, foram registradas milhares de ocorrências de violência contra a mulher. Impõe-se a esta comissão o dever de verificar o que vem sendo feito para combater essa intolerável violência”, argumenta a senadora no texto.

Há também uma solicita-

ção da deputada Tia Eron (PRB-BA) para que seja feita uma audiência pública com a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci. O propósito é colher subsídios para a votação de projeto em análise na Câmara que inclui, entre as formas de violência previstas na Lei Maria da Penha, condutas ofensivas contra a mulher na internet (PL 5.555/2013).

Outro requerimento solicita que um grupo de parlamentares vá ao Piauí visitar as famílias de quatro meninas estupradas e agredidas. O crime aconteceu em maio em Castelo do Piauí. Um das menores morreu. A deputada Iracema Portella (PP-PI) defende a punição “exemplar” dos culpados. A comissão é presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Governo diz que brasileiro que emigra deveria conhecer as leis do novo país

Audiência pública foi motivada por briga de brasileira e americano pela guarda da filha nos EUA. A Justiça americana deu vitória ao pai

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) debateu ontem o caso da garota Amy Galvin, cuja guarda está em disputa entre a mãe brasileira e o pai americano, que é suspeito de pedofilia. As autoridades brasileiras disseram ter pouco poder de gestão sobre o caso, que compete à Justiça americana, e defenderam o aprimoramento de mecanismos para ajudar pais brasileiros que vivem situação semelhante no exterior e se sentem injustiçados.

Na audiência, foram apontadas possíveis mudanças legislativas, como a aprovação de convenções; a assinatura de acordos bilaterais; a realização de cursos; a distribuição de cartilhas sobre a legislação do país que vai acolher o brasileiro migrante; a adoção de resoluções do Conselho Nacional de Justiça para procedimentos, como a realização de perícias no exterior antes da devolução de crianças ao seu país de origem, trazidas ao Brasil por pais brasileiros em fuga; a realização de videoconferências nesses processos; e a adoção de trâmites eletrônicos.

Os representantes de órgãos brasileiros que lidam com o tema e participaram da audiência frisaram que os residentes no exterior devem saber que, lá fora, estão sujeitos à jurisdição do país onde estão residindo. E, por isso, o Brasil pouco pode interferir, especialmente em decisões do Judiciário local. Esse é especificamente o caso de Amy Galvin, em que nem sequer a Convenção de Haia, que trata da subtração internacional de crianças, pode ser aplicada, já que não houve mudança de país.

— O juízo competente é



Humberto (3º à esq.), que presidiu a audiência, disse que mudanças na legislação podem evitar que o caso se repita

o do estado onde ela reside [Flórida], à luz da Convenção de Haia. Isso não quer dizer que as autoridades brasileiras não possam atuar no caso, que o Brasil não tenha autonomia, mas ela é limitada porque é outra jurisdição — disse George Lima, coordenador-geral da Autoridade Central Administrativa Federal da Secretaria de Direitos Humanos.

Segundo ele, é possível uma cooperação entre os dois países para garantir que a criança esteja em um ambiente livre de violência e tenha acesso à mãe e ao pai, se esse for considerado o melhor interesse para ela.

Disse Humberto Costa (PT-PE), que havia proposto a audiência:

— Há coisas que podem melhorar na nossa capacidade de intervenção. Sugerimos a realização de uma nova audiência ou seminário que una todos os órgãos e pessoas do movimento de defesa dos interesses desses pais e mães, para que pensemos o que pode ser feito pelo Legislativo, pelo Judiciário, pelo governo, e aí ampliarmos a proteção aos cidadãos que vivem no exterior ou de estrangeiros que vivem aqui.

Mãe está em liberdade condicional nos EUA e só pode ver a filha sob supervisão

Amy Galvin é filha do americano Patrick Galvin e da brasileira Karla Albuquerque, que mora nos EUA. A mãe cumpre pena em liberdade condicional por ter se mudado com a menina da Flórida para o Texas em 2014, o que foi considerado pela Justiça americana tentativa de fuga. Ela alega que o ex-companheiro é agressivo e pedófilo, mas a Justiça julgou não haver provas e deu a guarda ao pai.

Hoje, Karla é autorizada a fazer visitas supervisionadas à criança e insiste que Patrick cometeu agressões sexuais contra outras crianças, o

que coloca a filha em risco. O nome dele consta da lista de *sexual offenders*, pessoas que já foram denunciadas por agressões sexuais no país. — Amy pede socorro, ela está nas mãos de um pedófilo convicto — afirmou a avó da criança, Kátia Albuquerque.

Segundo Luiza Lopes, do Ministério das Relações Exteriores, a despeito da presença de Patrick na lista de agressores, não houve processo formal que concluísse por sua culpa em algum crime. A Justiça o inocentou das acusações de abuso contra a filha feitas por Karla Albuquerque.

Legislação é capaz de evitar casos semelhantes, afirma senador

Em Plenário, Humberto relatou a audiência da CDH. Ele disse que a mãe cumpre pena em liberdade condicional por ter mudado com a menina da Flórida para o Texas em 2014, o que foi considerado como tentativa de fuga.

— Estou certo de que, se

dotarmos a nossa legislação de instrumentos eficazes, casos como o de Amy serão cada vez mais raros e nós poderemos garantir às nossas crianças a segurança jurídica necessária de poder crescer ao lado da mãe ou do pai brasileiro — afirmou o senador.

Aloysio Nunes responde a acusações sobre doação

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) divulgou nota afirmando que recebeu legalmente doação da empreiteira UTC, dirigida por Ricardo Pessoa,

preso durante quatro meses em função das investigações da Operação Lava-Jato. O senador é supostamente citado em delação premiada assinada

entre Pessoa e o Ministério Público Federal, segundo reportagem da revista *Veja*.

Aloysio reconhece que recebeu a quantia para a

campanha eleitoral ao Senado em 2010, mas afirmou que não teria reais condições de influenciar decisões da Petrobras que favorecessem a UTC.

Nota oficial

É preciso analisar com cuidado a lista dos políticos que teriam sido citados por Ricardo Pessoa, ex-presidente da UTC, em sua delação premiada.

Todos os citados afirmam, inclusive eu, que as doações foram legais, registradas na Justiça Eleitoral. Até aí, não há muita diferença. O que deve guiar a análise dessa lista para estabelecer as distinções é indagar quais desses políticos teriam reais condições de influenciar decisões da Petrobras que favorecessem a UTC.

Eu não teria a menor possibilidade de fazê-lo. Em primeiro lugar, não faz parte do meu repertório combinar política com negócio. Em segundo lugar, minha notória hostilidade aos governos petistas jamais me recomendaria a esse papel de intermediário da Petrobras.

Finalmente, quando fui candidato ao Senado pelo PSDB em 2010, ano em que a contribuição da UTC foi recebida, entreguei ao meu comitê por via eletrônica, e declarada à Justiça, eu não era titular de nenhum mandato e enfrentava um desafio eleitoral difícil. Minhas chances de vitória eram remotas. De fato, as únicas

doações que recebi foram R\$ 200 mil, em 16 de julho, e R\$ 100 mil, em 18 de agosto: àquela altura, meu índice de intenção de votos nas pesquisas estava em torno de 2% e eu figurava em sétimo lugar entre os candidatos.

Então, como explicar as doações? Na verdade, elas foram solicitadas ao doutor João Santana, diretor-presidente da Constran, meu amigo há 40 anos, que sempre participou ativamente de minhas campanhas eleitorais, desde a primeira em 1982 até a última.

Ocorre que, em 2010, a UTC havia se associado majoritariamente à Constran e, por isso, como me explicou ainda ontem João Santana, a doação foi contabilizada em nome da empresa dirigida por Ricardo Pessoa. Além do mais, em 2010, não havia Lava-Jato e nem eu, nem os então dirigentes da Constran, nem a imensa maioria dos brasileiros tínhamos conhecimento das acusações que pesam hoje contra Ricardo Pessoa em razão de suas relações com a Petrobras e os governos petistas.

Aloysio Nunes Ferreira, senador (PSDB-SP)

Viana reclama de vazamento de delações

Jorge Viana (PT-AC) reclamou do “vazamento seletivo” do conteúdo das delações premiadas à Justiça Federal do Paraná, que apura, pela Operação Lava-Jato, irregularidades de contratos entre a Petrobras e empreiteiras. Por isso, pediu ao Supremo Tribunal Federal que autorize a transmissão, pelos meios de comunicação, dos depoimentos dos envolvidos na operação.

O senador diz não entender como trechos dos depoimentos são divulgados apesar de serem feitos em segredo de Justiça.

Fernando Collor lembra avanços de seu governo

Fernando Collor (PTB-AL) disse haver um conluio contra ele entre a Procuradoria-Geral da República e a revista *Veja*.

O senador destacou que, em dois anos e meio de gestão, adotou mudanças que ajudaram o Brasil a se inserir na nova ordem mundial.

Collor citou o enxugamento da máquina pública e a venda de imóveis e carros funcionais.

— Jamais temi o julgamento dos tribunais ou da história por ter certeza da retidão da minha trajetória — disse Collor.

Acir registra inauguração de escola em RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) relatou sua participação, no último fim de semana, na inauguração de escola de tempo integral em Porto Velho. Ele disse que a obra ressalta o compromisso do governador de Rondônia, Confúcio Moura, com a educação. O senador informou que 200 escolas em Rondônia serão adaptadas para o regime de tempo integral e agradeceu ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação por permitir o resgate dos recursos para a construção da escola inaugurada agora.

Vídeo joga luz sobre período escuro

Documentário *Em Busca da Verdade*, da TV Senado, segue os passos da comissão nacional que se esforçou para esclarecer os caminhos de violência trilhados pela ditadura militar

ESTREOU NO FINAL de semana o primeiro episódio de um documentário da TV Senado que resgata o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Encarregada de investigar violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre setembro de 1946 e outubro de 1988, a comissão teve como foco principal a ditadura militar iniciada em 1964.

A CNV foi instituída em 16 de maio de 2012 pela Presidência da República a partir de lei aprovada pelo Congresso e entregou o relatório final em 10 de dezembro de 2014. Nesse período fez inúmeras diligências e colheu os depoimentos de 1.116 pessoas. O documento que resultou desse trabalho foi dividido em três volumes (*veja como acessá-los no Saiba mais*).

São cerca de 3,4 mil páginas, que tratam da formação da CNV, dos episódios de violação de direitos conduzidos pelo Estado brasileiro no período do estudo e da identificação das estruturas de repressão. Há ainda o perfil resumido de cada um dos 434 mortos e desaparecidos políticos no Brasil entre 1946 e 1964.

— A Comissão Nacional da Verdade foi herdeira de investigações e de seus

resultados que se iniciaram ainda na década de 70, ainda durante a ditadura. E, da mesma maneira que as investigações não se iniciaram com a Comissão Nacional da Verdade, não se encerrarão com a Comissão Nacional da Verdade — diz o advogado Pedro Dallari, que coordenou a CNV.

Segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que foi vice-presidente da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça do Senado, o Brasil foi o país mais atrasado entre aqueles que passaram por processos ditatoriais a ter um colegiado desse tipo. Ele lembra que o relatório da CNV tornou oficial o que antes era apenas denúncia: a existência de graves violações aos direitos humanos entre 1964 e 1985.

— O Estado lamentavelmente foi o agente que executou estas violações.

Avaliação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República publicada no terceiro *Programa Nacional de Direitos Humanos* estima que 20 mil brasileiros tenham sido submetidos à tortura no período da ditadura militar.

O advogado Pedro Dallari ressalta no documentário a dificuldade de investigar fatos ocorridos há décadas.

— Fizemos um relatório consistente e há, no entanto, uma frustração muito grande, que é não termos conseguido avançar mais na localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos. São pessoas que foram detidas pelo Estado brasileiro e nunca mais foram localizadas. Ou seja, seus corpos desapareceram após elas terem sido torturadas e mortas pelo regime militar e isso é algo que a comissão ficou devendo, apesar do enorme esforço que desempenhou, pela ausência de documentos dos militares — lamenta o ex-coordenador da CNV.

Números da CNV

Violações graves de direitos humanos confirmadas pela comissão

191 mortos

210 desaparecidos

33 desaparecidos cujos corpos tiveram o paradeiro posteriormente localizado, um deles no curso da CNV

377 agentes de Estado apontados como responsáveis pelas violações

Fonte: Relatório da Comissão Nacional da Verdade (dezembro de 2014)

Mortos e desaparecidos que ainda pesam na memória

Um áudio descoberto no ano passado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) abre o documentário *Em Busca da Verdade*, da TV Senado. Nele, o então deputado federal por São Paulo Rubens Paiva fala à Rádio Nacional em defesa do então presidente João Goulart, na madrugada do dia 1º de abril de 1964, com o golpe em andamento desde o dia anterior:

— Nosso presidente, ao tomar as medidas tão reclamadas por todo o nosso povo, medidas que conduzirão à nossa emancipação política e econômica definitiva, realmente prejudicou os interesses de uma pequena minoria de nossa terra. Pequena minoria, entretanto, que detém um grande poder.

Rubens Paiva foi cassado e, em 1971, preso em casa, no Rio de Janeiro, para onde nunca mais retornou. A morte dele, causada por tortura em uma instalação militar, foi confirmada em depoimentos colhidos pela CNV.

— O documentário reflete com muita proximidade o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Relata essa página escura da vida política nacional — diz João Capiberibe (PSB-AP), que presidiu a Subcomissão de Memória, Justiça e Verdade do Senado, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Casa.

O senador, que foi perseguido pela ditadura, disse que vai solicitar a distribuição do vídeo para as escolas públicas de todo o país. Além de contextualizar o período do golpe de 1964, principal foco do trabalho da CNV, o documentário contrapõe depoimentos de torturadores, vítimas de torturas e parentes de desaparecidos. Também

mostra entrevistas com membros da CNV e das comissões estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os depoimentos, aliados a imagens do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e da Cinemateca Brasileira, em São Paulo, provenientes de TVs e jornais da época, permitiram reconstruir a situação política e social daqueles anos.

— A pesquisa foi muito intensa. É um material enorme porque a Comissão Nacional e as comissões estaduais gravaram e tentaram fazer um registro audiovisual e de documentos de tudo o que foi investigado — conta a jornalista Lorena Maria, codiretora do primeiro episódio do documentário.

O vídeo também identifica, a partir das conclusões da CNV, a estrutura de repressão que foi formada dentro do Estado brasileiro. Conta Ivan Seixas, assessor da Comissão da Verdade de São Paulo:

— O organograma da repressão, que não é uma interpretação nossa, são documentos da própria ditadura, mostram o seguinte: a cabeça da estrutura, que é o Sistema de Segurança Interna (Sissegin), era o ditador, chamado de presidente, que tinha uma comissão de alto nível, que eram todos os governadores, o chefe do estado maior das Forças Armadas, o chefe do SNI [Sistema Nacional de Informações], que compõe uma rede que vai se desdobrar nos DOI-Codi [Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna].

Segundo Lorena Maria, da TV Senado, o documentário deixa claro que a repressão dos governos militares não se abateu apenas sobre os opositores

que escolheram a luta armada.

— Os agentes da repressão que falaram à CNV relataram agressões contra indígenas e camponeses, por exemplo.

Um dos casos relatados no vídeo é o do trabalhador rural Epaminondas de Oliveira, do município de Porto Franco (MA). Por ter se aproximado do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), ele foi preso, torturado e assassinado aos 68 anos, em agosto de 1971, pela Operação Mesopotâmia, coordenada pelo Comando Militar do Planalto. O corpo foi o único de mais de 200 desaparecidos a ser encontrado posteriormente. A família pôde sepultá-lo durante a vigência da CNV.

Outro drama visitado no documentário é o de Stuart Angel, estudante de economia e dirigente do MR-8, que foi sequestrado pela repressão, no Rio, em 1971. Esse desaparecimento é um dos mais conhecidos da ditadura, em virtude das denúncias feitas pela mãe, a estilista Zuzu Angel. Ela morreu em 1976, em um acidente de carro que teria sido forjado pela repressão.

— O documentário tem essa intenção de deixar um legado sobre um período da nossa história que não é muito conhecido — diz Deraldo Goulart, coautor de *Em Busca da Verdade*.

Saiba mais

Documentário *Em Busca da Verdade*
<http://bit.ly/BuscaDaVerdade>

Comissão Nacional da Verdade
www.cnv.gov.br

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania



Tanques fazem manobras no Centro do Rio



Polícia do Exército em frente ao Congresso



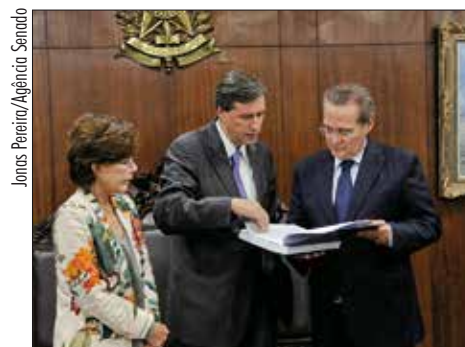
Deputado Rubens Paiva desapareceu em 1971



Acusado de tortura, Paulo Malhães fala à CNV



Randolfe Rodrigues na subcomissão do Senado



Renan recebe de Dallari relatório da CNV



Capiberibe com os diretores Lorena e Deraldo